



## **As hortas urbanas orgânicas da cidade de São Bernardo do Campo: impactos de práticas de Educação Ambiental não formal.**

*The organic urban gardens of the city of São Bernardo do Campo: impacts of non-formal Environmental Education practices.*

COSTA, Dione M. M.<sup>1</sup>; DIETRICH, Ana M.<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal do ABC

### **Eixo temático: Agriculturas Urbana e Periurbana**

**Resumo:** O projeto busca investigar os impactos das hortas urbanas orgânicas da cidade de São Bernardo do Campo em relação à educação ambiental com enfoque maior na educação informal da população local. Considera também o debate temático agroecológico e de proteção ambiental presentes na discussão do desenvolvimento sustentável no campo ou em cidades industrializadas, seus desdobramentos para as políticas de Educação Ambiental no âmbito municipal e as representações de natureza no século XXI. A metodologia é composta por pesquisa documental que se dará a partir dos documentos oficiais do município, mapas e jornais. A pesquisa de campo se dará no âmbito das hortas urbanas orgânicas do município, por meio de entrevistas de História Oral para os horticultores. Buscar-se-á compreender, nos documentos, inter-relações entre política estatal, sociedade, educação ambiental, educação não-formal, direitos humanos, agricultura familiar, produção orgânica, agroecologia e ciência e tecnologia.

**Palavras-chave:** agricultura urbana; sabedoria popular, agroecologia; história oral.

**Keywords:** urban agriculture; popular wisdom, agroecology; oral history.

### **Contexto**

Atualmente, compreende-se a temática ambiental dentro de um universo complexo e amplo. Compreender e administrar este universo requer harmonia entre um olhar técnico e uma visão socioambiental, dada sua inter e multidisciplinaridade.

A chamada Revolução Verde representou um arsenal de desvantagens e destruição ao meio ambiente e ao pequeno produtor rural, observando-se “a erosão, a contaminação de solos, dos alimentos e dos mananciais de água e o homem, devido ao uso em grande escala, aliado à mecanização pesada, o uso de fertilizantes altamente solúveis e de agrotóxicos, da irrigação, entre outros” (VALARINI et al, 2005, p. 1) em atendimento às demandas socioeconômicas presentes no sistema capitalista. Desde a década de 1980 diversos esforços dos vários atores da sociedade são realizados para reverter e ou mitigar de forma sistêmica e efetiva os efeitos da mesma.

De acordo com Kamiyama (2011, p. 11) o modelo produtivo que caracterizou a chamada Revolução Verde “e que vem sendo praticado nas últimas décadas é, também, chamado de agricultura convencional”. A mesma autora continua destacando que, a Revolução Verde trouxe alguns benefícios para a sociedade como o aumento da produção de alimentos em escala mundial e a diminuição dos



custos de produção, porém, salienta que os resultados em relação ao meio ambiente e a sociedade não foram os melhores.

Neste mesmo final de século e início do século XXI, o desenvolvimento das ciências do universo Agrário - bem como de segmentos não institucionalizados - mais precisamente na área da agricultura, movimenta-se alinhado à ideia de junção entre a própria agricultura e o meio ambiente, de forma a possibilitar cada vez mais a compreensão de que ambos podem caminhar juntos. Deste modo, o tema da ecologia, presente em vários segmentos da sociedade contemporânea, vem enriquecendo e impulsionando projetos de cunho ambiental e sustentável.

A discussão da alimentação cada vez mais saudável, alinhada à sustentabilidade e a agroecologia, seja no campo ou em cidades, é mais aprofundada e tratada em Políticas Públicas emergentes da esfera federal como por exemplo a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo) (Decreto 7.794, de 20 de agosto de 2012) e o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) 2016-2019. Essa discussão amplia cada vez mais o leque de possibilidades no enfrentamento às questões ambientais de um meio ambiente rico em histórias, mas carente de interações amigáveis, “porque se constroem e se reconstroem representações da natureza, ou seja, formas de pensá-la que mudam ao longo do tempo” (MASSEI e MARTINEZ, 2007, p. 228).

Diversos fatores resultantes dessa dinâmica de interação/intervenção com o meio ambiente, vem contribuindo ao longo do tempo para o processo degradante da natureza, entre eles a industrialização consolidando o cotidiano urbano/industrial, reduto de antagonismo. Reverter ou mitigar esse processo, requer inclusive um investimento maior na harmonia da relação homem/natureza/sociedade e sua efetivação, extrapolando a compreensão destacada em Souza (2017) do meio ambiente “como direito fundamental e, por via de consequência, também um dos direitos humanos relacionados à qualidade de vida do ser humano”.

Neste sentido, as consequências negativas dos desdobramentos da Revolução Verde apontadas por Kamiyama (2011) - como por exemplo a contaminação do meio e dos alimentos, a intoxicação de agricultores e consumidores -, estão salientando, mesmo quando não abordados, problemas de negação e violação do direito humano que vem cobrando e tentando impor sua presença na história da justiça e da igualdade, corroborando com o Tratado de Educação Ambiental para a Sociedade Sustentáveis e Responsabilidade Global de 1992 em seu Artigo 6º sobre os princípios da educação destaca: “ a educação ambiental deve estimular a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos” (BRASIL, 1992).

A manutenção do elo meio ambiente e direitos humanos deve manter conexão contínua com a educação ambiental ampliando a área de abrangência e compreensão dos diversos eixos humanos que envolvem a problemática ambiental, conforme aponta Guimarães (2012, p. 102) quando propõe uma ruptura de paradigmas por meio de uma educação crítica com transformações no todo da sociedade. Portanto, compreende-se e almeja-se seja na formalidade ou na



informalidade, que a educação ambiental perpassasse e penetrasse nos diversos espaços desta sociedade, que agregam valor ambiental e que podem ser percebidos para a apropriação por parte dos indivíduos de uma prática e consciência crítica. Neste sentido, indaga-se a questão central do projeto: *Quais são os impactos das hortas urbanas orgânicas da cidade de São Bernardo do Campo em relação à educação ambiental não formal da população local.*

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) São Bernardo do Campo, fundada em 1553, conhecida como a capital do automóvel e da indústria, atualmente tem mais de 800 mil habitantes, com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,805, e a indústria e o comércio participam em maior percentual do Produto Interno Bruto (PIB) do município que é superior a alguns estados do país (BRASIL, 2018). Cidades industrializadas, como é o caso de São Bernardo do Campo, vão ao longo do seu processo de industrialização se distanciando cada vez mais da importância da agricultura e do meio ambiente como produto essencial à manutenção da vida, necessitando, portanto, de uma educação ambiental cada vez mais pertinente e envolvida com a atualização das discussões ambientais que promovem a junção daquilo que a princípio deveria ser um par indissociável: o homem e a natureza.

Promover esta junção é trabalhar junto com o entendimento de que nossa produção alimentar só corrobora com o meio ambiente saudável quando o modelo produtivo estiver fundamentado na Agroecologia, uma vez que a mesma além de integrar estudos e descobertas da natureza e suas inter-relações econômicas, sociais e ambientais da produção alimentar, engloba todas as práticas de base sustentável (KAMIYAMA, 2011). A produção orgânica presente nas hortas urbanas, dialoga com a sustentabilidade e tem fundamentação agroecológica quando insere em seus processos a diversificação e rotação de culturas, manejo ecológico de pragas, adubação orgânica, consórcio de plantas e conseqüentemente a preservação ambiental.

A pesquisa desenvolvida aborda a relação entre Educação Ambiental não formal e as hortas urbanas orgânicas da cidade de São Bernardo do Campo por meio das entrevistas de História Oral realizadas a partir do final de 2018. Neste estudo, busca-se averiguar e constatar a ocorrência de ações educativas da Educação Ambiental não formal nas hortas urbanas orgânicas.

### **Descrição da Experiência**

A metodologia é composta por pesquisa documental com a coleta de dados a partir de documentos oficiais como Arquivo Histórico Municipal, mapas, fotos, Leis e projetos municipais de São Bernardo do Campo. Adicionalmente, é composta por pesquisa de campo, tendo seus produtores, gestores e usuários como os sujeitos da pesquisa. O universo investigado é formado por dezoito hortas das comunidades da cidade, das quais seis já foram pesquisadas. Foram realizadas entrevistas com os produtores rurais que são considerados protagonistas da ação das hortas urbanas orgânicas. As entrevistas visam dar visibilidade às narrativas desses sujeitos





evocando suas lembranças e memórias rurais que foram apagadas dentro da sociedade industrial de São Bernardo do Campo. Para tanto, a metodologia da História Oral de Vida, possibilitou a manifestação do documento oral, como pontua Meihy e Holanda (2018, p. 18) que é a expressão da experiência social de grupos e pessoas.

A análise das narrativas se dará incluindo todo o processo que envolve a entrevista, sua transcrição, textualização e transcrição; bem como a autorização da publicação do resultado deste processo metodológico. As hortas foram selecionadas visando atingir regiões distintas e de realidades sociais diferentes. Outro critério foi a preferência da produção orgânica nas hortas. A primeira parte da visita nas hortas constituiu no primeiro contato onde foi realizada uma apresentação do projeto/pesquisadora/instituição de ensino e na solicitação da entrevista com o produtor urbano, também conhecido como horticultor. A segunda parte, foi a entrevista em si, todas foram realizadas mediante autorização prévia dos participantes. A gravação das mesmas resultou em áudio de 30-40 minutos em média com registro de fotos com os horticultores e dos canteiros das hortas.



**Figura 1.** Horta urbana – São Bernardo do Campo – (Foto: Lucas Alencar/Ed. Globo Rural)

## **Resultados e discussão**

A pesquisa foi iniciada de forma a coletar dados secundários em sites da Prefeitura Municipal local e jornais. Com relação aos produtores e consumidores, as informações são de visitas às hortas e das entrevistas de História Oral iniciadas, porém não analisadas; com relação à prática da produção orgânica, em análise preliminar, observou-se que em todos os relatos foram constatados a adoção de boas práticas agrícolas e o alinhamento à agroecologia, pois se valem da isenção de uso dos pesticidas, da manutenção da fertilidade do solo e das plantas, do consórcio e diversidade no cultivo das hortaliças. A fonte de renda que atua como complemento do sustento familiar, foi enfatizada nas narrativas orais. Observou-se também, que a atividade em si, representa algo valioso, uma vez que a ociosidade



para muitos que tem a idade avançada não é recomendada. Ficou nítido nestas narrativas que os mesmos têm um prazer grande em orientar e informar os consumidores sobre seus produtos saudáveis, exercendo assim um papel de educação informal e espontânea, um tipo de instrução do acaso, um aprendizado descontraído. Apesar dessas informações preliminares, é necessário mais prazo para a obtenção e análise mais precisa e confiável. De todo modo, percebe uma satisfação por parte dos produtores em atuarem nestes espaços configurados mais saudáveis, como também, uma preocupação com o meio ambiente em ambos os lados o que sugere elementos de educação ambiental não formal em uma análise superficial alinhada às práticas agroecológicas.

### Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação. **Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global**. Brasília: 1992. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/pdfs/trat\\_ea.pdf](http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/pdfs/trat_ea.pdf)> Acesso em: 16 abril 2018.

\_\_\_\_\_. IBGE. Cidades. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-bernardo-do-campo/panorama>> Acesso em: 29 junho 2018.

GUIMARÃES, M. Sustentabilidade e Educação Ambiental. In: Sandra Batista da Cunha, Antonio José Teixeira Guerra (Orgs). **A Questão Ambiental: Diferentes Abordagens**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 81-105.

KAMIYAMA, A. São Paulo (Estado). Secretaria do Meio Ambiente/ Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais. **Agricultura Sustentável**. Cadernos de Educação Ambiental 13. São Paulo: SMA, 2011.

MASSEI, R. C. Argila: a difícil relação com a natureza. In: P. H. M. (Org.). **História Ambiental Paulista: temas, fontes, métodos**. São Paulo: Editora SENAC, 2007. p. 227-243.

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História Oral: como fazer, como pensar**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2018.

SOUZA, M. M. dos S. **Meio Ambiente e Direitos Humanos**. Revista Âmbito Jurídico o seu portal jurídico na internet. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=527](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=527)> Acesso em: 13 setembro 2017.

VALARINI, P. J. et al. **Diagnóstico da Agricultura Orgânica no Brasil**. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1015717/diagnostico-da-agricultura-organica-no-brasil>> Acesso em: 19 abril 2018.